

## ESTUDOS DE GÊNERO E INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO

Katamara Medeiros Tavares<sup>1</sup>  
Verônica Maria de Araújo Pontes<sup>2</sup>  
Francisco das Chagas Silva Souza<sup>3</sup>

### RESUMO

Os estudos de gênero evocam saberes sobre as identidades de gênero, orientações sexuais e desejos singulares, às vezes, subversivos à cultura heteronormativa, pois perpassam o âmbito biologicista dos sexos. Este enfoque sexista é reiterado desde a formação familiar, e reproduzido na escola. Tratar destas temáticas nas práticas do ensino evoca construções, reflexões e superações conduzidas pela intersecção e tessitura entre as disciplinas. Os estudos de gênero tecidos às práticas interdisciplinares promovem, nos educadores e educandos, a sensibilidade, reflexão, análise e ressignificação de saberes e práticas necessárias para a superação das desumanidades, homofobia e violência; deflagradas às pessoas cisgêneras e transgêneros, vistos os últimos índices nacionais que projetam o Brasil no pódio de crimes de homotransfobia. É necessário, pois, superar as iniquidades em prol da ética universal de respeito à diversidade.

**Palavras-chave:** Estudos de gênero. Interdisciplinaridade. Ensino.

### ABSTRACT

The gender studies evoke knowledge about gender identities, sexual orientation and singular wishes, sometimes, subversive to heteronormative culture, because they go beyond the biologic approach on sexes. This sexist focus is reiterated since the familiar formation, and reproduced at school. Treating these themes in teaching practices evoke constructions, reflections and breakthroughs driven by intersection and tessitura between the disciplines. The gender studies sewn by hand to the interdisciplinary practices promote, on the educators and learners, the sensibility, reflection, analysis and redefinition of knowledge and needed practices to the overcoming of inhumanities, homophobia and violence; sparked to cisgender and transgender people, as seen in the last national rates that place Brazil at the podium on homotransphobia crimes. It's necessary, then, to overcome the iniquities on behalf of the respect to diversities and its universal ethics.

**Keywords:** Gender studies. Interdisciplinarity. Teaching.

---

<sup>1</sup> Professora da UERN e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino pela UERN/IFRN/UFERSA  
katavares2010@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professora Visitante do IFRN, do Programa de Pós-Graduação em Ensino pela UERN/IFRN/UFERSA e do Programa de Pós-Graduação em Letras pela UERN  
veronicauern@gmail.com.

<sup>3</sup> Professor do IFRN e do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do IFRN e do Programa de Pós-Graduação em Ensino pela UERN/IFRN/UFERSA  
chagas.souza@ifrn.edu.br.

## 1 INTRODUÇÃO

A interdisciplinaridade nos faz pensar na integração de pensares, ditos e feitos projetada no âmbito das disciplinas. Para tal, faz-se necessária a articulação entre os saberes disciplinares.

Fazenda (2008) entende a interdisciplinaridade como processo de interação e trocas, há perspectivas de construção e potencialização do saber e do fazer, com vistas à manutenção da diversidade. E esta, por assim ser, possibilita a vida e edifica as pessoas em seu universo singular e plural. Neste artigo, indagamo-nos sobre como e por que descrever um artigo enfocando os estudos de gênero numa perspectiva de práticas interdisciplinares, no ensino?

Quando lemos sobre os estudos de gênero elencamos a diversidade sustentada no respeito, interação e integração. Isto equivale à interdisciplinaridade que faz comungar saberes e práticas, independente dos pontos em que esses convergem e/ou divergem. O objetivo desse artigo é analisar e apontar as ligações, as coesões existentes entre os estudos de gênero, no ensino, pela conexão interdisciplinar existente, mesmo que dentro de um contexto que limita as temáticas sobre gênero, tal qual ocorre com os saberes interdisciplinares cujo potencial de diversidade se limita nas gavetas do conhecimento disciplinar, ou seja, questionamos como a interdisciplinaridade promove a materialização discursiva dos estudos de gênero, nas práticas do ensino..

## 2 METODOLOGIA

Este artigo se materializa como um exercício de escrita e instrumento de avaliação final, fruto da disciplina Ensino e Interdisciplinaridade na Escola Pública, do Programa de Pós-Graduação em Ensino (Pós-Ensino). Utilizamos para tal, os caminhos conceituais a partir de autoras e autores que tratam da temática de interdisciplinaridade - Fazenda (2008) e Lück (2013), da complexidade – Morin (2003, 2011), das práticas de ensino pautadas na inclusão e respeito às diferenças – Freire (2016), Libâneo (2013), da referência conceitual das identidades e orientações de gêneros – Scott (1989), Carrara (2009), Beauvoir (2015), Butler (2015), Louro (2016), Nogueira, Aquino e Cabral (2017). A metodologia utilizada é revisão de literatura cujos autores supracitados discorrem a respeito da temática. Também recorreremos às escritas e reportagens midiáticas que alertam a projeção negativa do Brasil como o país com maior percentual de crimes de homotransfobia.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

#### 3.1 As categorias conceituais

Sexo e gênero diferem na sua origem e significação. O sexo está relacionado à diferença biológica de nascer com pênis ou vagina. O gênero é a construção social do sexo, visto que ao nascer com pênis uma pessoa é classificada de gênero masculino e terá sua vida em prol de pensamentos, comportamentos e desejos encenados conforme a cultura dita. No âmbito das relações entre os dois gêneros, Beauvoir (2016) apontou a existência de tensão que direcionava o poder ao gênero masculino e a submissão ao gênero feminino. De fato, homens e mulheres não estabeleceram, ao longo da história, relações iguais de poder.

Essas análises alertam as desigualdades entre os dois sexos e reivindicações das pautas das mulheres em prol de promover a igualdade de direitos entre os gêneros masculino e feminino ainda que entendamos ser importante discutir, refletir e intervir sobre estas iniquidades pelo tempo que for. Mas, como lembra Morin (2003), todas as verdades são mutantes.

No fim da década de oitenta e início dos anos noventa, outros saberes apontaram para uma discussão mais complexa a respeito das categorias de análise de gênero, que não se direcionassem apenas ao universo heterossexual - entre feminino e masculino.

A complexidade do conceito de gênero exige um conjunto interdisciplinar e pós-disciplinar de discursos, com vistas a resistência à domesticação acadêmica dos estudos sobre gênero ou dos estudos sobre mulheres e a de radicalizar a noção de crítica feminista (BUTLER, 2015, p. 13).

Joan Scott, em 1989, publicou o artigo intitulado: “Gênero como categoria útil de análise histórica”. Neste, a autora tece considerações sobre as categorias de análise de gênero e alerta para as descrições do termo gênero, que historicamente vinha colocando em evidência o binarismo unilateral dos sexos opostos: a mulher e o homem. As tensas e iníquas relações de poder entre estes sujeitos. A autora, por outro ângulo, posicionou seu holofote analítico para a compreensão de gênero como um saber a respeito das diversidades sexuais existentes e não visibilizadas, mas imbrincadas nas relações de poder que estabelecem sentido a estas relações. Urgia que os demais gêneros existentes, também, fossem visibilizados, inseridos e emancipados (LOURO, 2016).

Para entender, contextualmente, a visibilidade das diversidades de gênero, é necessária a identificação dos termos cisgênero e transgênero. Scott (1989), Carrara (2009)

e Nogueira et al (2017) explicam que as pessoas cisgênero estão identificadas como aquelas cujo sexo biológico corresponde aos papéis de gênero designados pelos enunciados culturais. Espera-se que atendam a esta projeção uma pessoa de sexo feminino (por que nasceu com uma vagina) e se porte como uma “mulher” deve se apresentar: assumindo sua feminilidade; ou um homem que tendo um pênis apropria-se da masculinidade esperada, exerce e representa o papel de gênero que lhe foi instituído desde o nascimento pela sua família.

Para Scott (1989), assumir um papel de gênero, não implica efetivamente na orientação sexual da pessoa. Ou seja, encontramos indivíduos cisgêneros que desejam pessoas de sexo biológico semelhante ao seu. Como exemplo, uma pessoa que nasceu com uma vagina, e se veste e age de forma “feminina”, poderá sentir desejo por homem ou por outra mulher. Do mesmo exemplo, comunga uma pessoa que nasceu com pênis. Esta pode se assumir no gênero masculino, mas querer, ou não, uma mulher. Nestes casos, podemos entender que estas pessoas são cisgêneros. E suas orientações, quando não relacionadas ao sexo oposto, são homoafetivas pois têm interesses afetivo-sexuais por pessoas do mesmo sexo.

Subvertendo a ordem da identidade de gênero para o sexo biológico, constam as pessoas transgêneros. Seus (as) comportamentos, identidades, predileções e desejos não se articulam ao esperado para o seu sexo biológico, isto é, a sua identidade e orientação de gênero, determinadas culturalmente. Assim, seu gênero (ser masculino, ser feminino, ser masculino/feminino, ou não se enquadrar em nenhuma das alternativas impostas) não se articula ao seu sexo biológico. Portanto, os enunciados culturais normativos ditados pela heterossexualidade compulsória, constituem a heteronormatividade, abordada em nosso referencial teórico, que estabelece padrões de ser, pensar, de se comportar e se relacionar, direcionados a homens e mulheres (NOGUEIRA, AQUINO, CABRAL, 2017).

Louro (2016) comenta sobre a heteronormatividade como o estabelecimento de uma padronização que despreza, relega e hostiliza as pessoas que subvertem esses padrões, uma vez que não houve, por essas, o enquadramento aos papéis de gênero designados. Analisando de forma conceitual, a heteronormatividade ou heterossexualidade normativa é a instituição padronizada para uma pessoa conforme seu sexo biológico.

As leituras apontam que as concepções tradicionais reiteradas nas práticas do ensino, reforçam a heteronormatividade e desencadeiam hostilidade às pessoas que subvertem a identidade de gênero esperada, bem como a orientação sexual. As normas regulatórias do sexo têm, portanto, caráter performativo, isto é, têm poder continuado e repetido de

produzir aquilo que nomeiam e, sendo assim, elas repetem e reiteram, constantemente, as normas dos gêneros na ótica heterossexual (LOURO, 2016, p. 45). Isso por sua vez, desencadeia - às pessoas transgêneras e homoafetivas - bullying homofóbico, violência e taxas significativas de abandono escolar.

Assim a prática heterossexual ou o sujeito heterossexual, assumem posições centrais na cultura ocidental moderna que estabelece estrategicamente as normas ditas naturalizadas para o sexo biológico e que devem se manifestar na expressão de se portar, dos desejos e prazeres sexuais compartilhados entre pessoas do sexo oposto. Isto causa a subordinação e aversão ao sujeito homossexual e outras manifestações de sexualidades desviantes dos padrões impostas para os sexos (LOURO, 2016).

Butler (2015) destaca que compreender as assimetrias dos gêneros pautadas apenas nas relações binárias limitadas ao convívio entre os homens e mulheres, no contexto biológico do sexo genital, perde de vista o aprofundamento de quaisquer outras identidades e comportamentos que subvertam esta ordem.

Trata-se de projetar, também, a existência das identidades e relações transgêneros. Entretanto estas são consideradas abjetas, subversivas, estereotipadas, e desvalorizadas. A vitrine para apontamentos e retificações da cultura homofóbica na qual “(...) certos tipos de identidade de gênero parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente por não se conformarem às normas de inteligibilidade cultural”. (BUTLER, 2015, p. 44).

Desde a Idade Média, em 1487, os inquisidores Heinrich Kramer e James Sprenger descreveram os milhões de pessoas condenadas e mortas no período de caça às bruxas. No universo de cem por cento das pessoas condenadas a fogueira, oitenta e cinco por cento (85%) eram mulheres condenadas por bruxaria - por que exerciam saberes e práticas permitidas apenas aos homens (MURARO, 2015). Reiterando esta mesma informação, Braga e Lins (2005) complementam que os demais quinze por cento (15%) eram homossexuais e bissexuais, acusados por sodomia<sup>4</sup>.

Em face destas atitudes de abjeção, Louro (2016) justifica a necessidade de uma prática educativa subversiva em prol do estabelecimento de debates que busquem intervir nessas barreiras atitudinais de intolerância e desrespeito, assim como abalar as certezas impostas ao caráter normativo sobre os corpos educados neste sistema heteronormativo.

---

<sup>4</sup> A sodomia era descrita como prática homossexual, na época. Também considerada como heresia e possessão demoníaca, pelos inquisidores.

Parece-me absolutamente relevante refletir sobre as formas de viver a sexualidade, sobre as muitas formas de ser e de experimentar prazeres e desejo; parece relevante, também, refletir sobre possíveis formas de intervir, a fim de perturbar ou alterar, de algum modo, um estado de coisas que considero “intolerável”. (...) Mais particularmente me interessa compreender como se dá, nas instâncias a que chamamos pedagógicas, a reiteração dessas posições, e, para além disto, pensar sobre o que pode ser feito para desestabilizá-las e desarranjar tais certezas (LOURO, 2016, p. 59).

Em se tratando da desestabilização das certezas, a autora defende a ruptura com dogma heteronormativo que tem limitado as pessoas aos enunciados culturais das identidades de gênero e das orientações afetivo sexuais, impostas pelos poderes institucionais. A escola reitera estes conceitos pois, encontra-se, pelo olhar perplexo do estranhamento, desafiada pela instabilidade de seus princípios, antes inquestionáveis e irrefutáveis. Porém, “Assim, quando conservamos e descobrimos novos arquipélagos de certezas, devemos saber que navegamos em um oceano de incertezas” (MORIN, 2003, p. 59).

Em Morin (2003), refletimos sobre estado de nosso corpo humano, no âmbito da nossa sexualidade. A nossa sensação de bem estar é elementar para o equilíbrio, embora que momentâneo, de nosso organismo nos âmbitos funcional, psíquico e espiritual; assim se estabeleçam alguma conexão entre suas partes - órgãos e funções - e destas com o mundo - o contexto. Cada parte deles em tessitura.

Mesmo na falta de harmonia em qualquer destas estruturas, haverá um mecanismo de sublimação e compensação. Embora não perdue por muito tempo, pois “(...) o absoluto é, simultaneamente, o incerto”. (MORIN, 2011, p. 29). Então, enquanto houver sintonia entre as partes, haverá manutenção da vida, pois cada elemento do nosso corpo é um aspecto diferente e específico, mas é a diversidade entre as partes, essencial para a existência.

É relevante, também, compreender que os seres humanos são seres instáveis, nos quais há possibilidades do melhor e do pior, uns possuindo melhores possibilidades do que outros com potenciais que dependem dos acontecimentos, dos acidentes que ocorrem com eles e que podem liberar alguns outros deles (MORIN, 2011).

E quando pensamos em pessoas diversas e diferentes: como não acolher este mesmo senso às muitas disciplinas que embora diferentes, abrigam a diversidade em seu âmago, e em sua construção histórica?

E não serão as pessoas que projetam, no mundo, os saberes disciplinares? As pessoas reproduzem as especificidades de uma disciplina nos saberes específicos que uma disciplina contempla. Como não atribuir, ao professor de português, um discurso cuja

sintaxe não decepcione? Do mesmo modo, é esperada, de um matemático, a análise objetiva de tudo, quiçá dos sentimentos.

Pensa-se na interdisciplinaridade como se fosse algo fora de nosso corpo e de nossa responsabilidade. Preocupamo-nos em conceituar, em se inteirar com outras disciplinas de forma pontual. Se observarmos, a literatura demonstra que, mesmo em épocas passadas, quando não existia o marco conceitual da interdisciplinaridade, apresenta-se em: “Memórias póstumas de Brás Cubas”, a narrativa interdisciplinar de uma refeição imersa desde a amplitude de sua precedência ao seu destino final.

Mas eu não quero outro documento da sublimidade do meu sistema, senão este mesmo frango. Nutriu-se de milho, que foi plantado por um africano, suponhamos importado de Angola. Nasceu esse africano, cresceu, foi vendido; um navio o trouxe, um navio construído de madeira cortada no mato por dez ou doze homens, levado por velas, que oito ou dez homens teceram, sem contar a cordoalha e outras partes do aparelho náutico. Assim, este frango, que eu almocei agora mesmo, é o resultado de uma multidão de esforços e lutas, executados com o único fim de dar mate ao meu apetite (ASSIS, 1994, p. 183).

Por isso, compreendemos que a interdisciplinaridade promove o envolvimento entre os saberes disciplinares entre si, modificando-se e reconstruindo-se; e os estudos de gênero contemplam a abordagem interdisciplinar de temas comuns a todas as disciplinas. Abordar sexualidade remete aos saberes da História, filosofia, línguas, biologia, anatomia, geografia, ente as inumeráveis possibilidades interdisciplinares seja no ambiente escolar ou pelo contexto afora.

Enfocando nossa análise nos estudos de gênero, observamos que alguns discursos obedecem à fragmentação disciplinar, tendo em vista a desarticulação dos temas de gênero - identidade e orientações de gênero - à diversidade contextual. A expressividade, os pensamentos e os desejos estão separados conforme a “disciplina”, a norma impostas pela heteronormatividade. O que é ensinado para a criança feminina é diferenciado e desarticulado ao que é recomendado para a criança masculina. Para Fazenda (2008) e Lück (2013), cada disciplina tem sua singularidade, mas que não se limita em si mesma. Entendemos que cada abordagem temática realizada a luz dos estudos de gênero, também deve se assemelhar a esta máxima.

### 3.2 Os estudos de gênero no ensino

Ensinar requer risco, aceitação do novo e rejeição de qualquer forma de discriminação. Paulo Freire alerta que “a prática preconceituosa de raça, de classe, de

gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia” (FREIRE, 2016, p. 37). Uma vez que o ensino também requer combate a quaisquer atitudes de discriminação devemos, pois, combatê-las.

O acesso e permanência à escola, além de ser um direito, são essenciais para a formação cidadã de todas as pessoas e que, por assim ser, deve ser o quanto mais democrático. É dever das três esferas de governo. Libâneo (2013) aponta a existência de barreiras de alcance coletivo em face às disparidades sociais que limitam grande parte das pessoas a terem oportunidades de aprender, e contribuir social e politicamente para o sua emancipação, bem como de seu coletivo. Por isso são necessárias reivindicações sociais permanentes para este fim.

Em 2004, o governo federal instituiu o Programa Brasil sem Homofobia, destinado ao combate à violência e discriminação contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros (LGBT) e de promoção à cidadania homossexual. Esta iniciativa refletiu, na educação, o desenvolvimento de ações inter setoriais em direitos humanos e respeito às diversidades. Foram criadas campanhas e inseridas, nos currículos, temas que contemplassem os gêneros e os direitos sociais das pessoas LGBT. A respeito da temática orientação sexual, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) descrevem que:

Queira ou não, a escola intervém de várias formas, embora nem sempre tenha consciência disso e nem sempre acolha as questões dos adolescentes e jovens. Seja no cotidiano da sala de aula, quando proíbe certas manifestações e permite outras, seja quando opta por informar os pais sobre manifestações de seu filho, a escola está sempre transmitindo certos valores, mais ou menos rígidos, a depender dos profissionais envolvidos no momento (BRASIL, 1998, p. 292).

Por isto, projetam-se, constantemente notícias relativas a palavras e ações que degradam a alteridade e potencializam as opressões a grupos estigmatizados. Louro (2016) alerta para o desprezo velado aos “transviantes” no que se refere aos papéis de gênero. A esses: exclusão, estigma e falta de oportunidades. Na melhor das situações: a retificação das condutas errantes. Estas nem sempre são poupadas ao domínio dos crimes de homotransfobia. Para Karnal (2017), a hostilidade ao feminino – caracterizada por misoginia – provavelmente deu origem a homofobia.

Oliveira (2014) argumenta que esses crimes de ódio estão associados a conceito de homotransfobia. Esta, caracteriza-se como discriminação à orientação sexual, dirigida não somente à homossexualidade como também é intensificada na discriminação por

identidade de gênero, dirigida às travestis e transexuais – vítimas mais vulneráveis aos crimes de crueldade por apresentarem características femininas num corpo designado ao gênero masculino.

Neste aspecto, as pessoas trans se situam nos índices mais vulneráveis e elevados do país. “O risco de uma pessoa travesti, transexual ou transgênero ser assassinada é 14 vezes maior que o de um homem cis gay, e a chance dessa morte ser violenta é 9 vezes maior” (NOGUEIRA, AQUINO e CABRAL, 2017). Estes, com base nos dados das agências internacionais, alertam que quase metade dos homicídios contra pessoas trans no mundo ocorre no Brasil. E que as ocorrências são frequentes na rua - espaço destinado às pessoas trans.

O Brasil é considerado o país que mais mata pessoas que subvertem à lógica heteronormativa. Em 2016, Ayer e Bottrel (2017) denunciaram trezentos e quarenta e sete (347) casos de morte às pessoas transgêneras, classificados como crimes de homofobia. Estes dados preocupantes revelam o poder que as ideias normativas têm sobre a vida das pessoas. No campo das ideias, Morin (2003) reflete que os homens criam ideias e por elas são dominados. Morremos e matamos por elas para que se mantenham e perpetuem. “Os dogmas racionalizadores são os que se verificam, não em relação à experiência ou aos acontecimentos do mundo real, mas em relação à palavra sacralizada de seus fundadores” (MORIN, 2011, p. 55).

Estas normas são inculcadas na família e reiteradas na escola. Nesta, são fortalecidas as regras de gênero, conforme o contexto político, econômico e cultural. Cancian (2017) relata que, recentemente, o Ministério da Educação retirou os termos “identidade de gênero” e “orientação sexual” da base nacional comum curricular, indicando um grande retrocesso nas pautas transversais de educação que pautam as questões de gênero e sexualidade na escola. Observamos, assim, o retrocesso de conquistas adquiridas pelo movimento LGBT, após a transição política de governo federal, em 2016.

Ameaçada em sua histórica vocação normalizadora a escola e seu corpo docente, percebe a claudicância e o abalo de suas metas, de sua realidade não condizente com o contexto fluido. Mas, de fato, sempre houve páginas viradas. A realidade tem se superado. E não era de se esperar que as concepções, reflexões e condutas com relação às categorias de gênero, também continuem em estados de superação?

Naturalmente, somos diversos. Estruturas análogas e homólogas se articulam para desempenhar a nossa projeção no universo. Ao mesmo tempo, Morin (2003) relembra que a nossas superações acontecem na harmonia ou no caos, promovendo e potencializando a

vida, em um infundável ciclo vital diversificado. É necessário, pois, reinventar-se e se dispor ao novo; baseado no princípio das certezas transitórias. Uma vez que: “O mundo não é. O mundo está sendo” (FREIRE, 2016, p. 74). É na articulação com o mundo que o percebemos e articulamos nossas construções teóricas para reinvenção de novas concepções, e operacionalizações. Assim sendo, acredita-se que o dito é tecido junto ao feito e vice versa.

Por isso, partindo de nossas leituras, entendemos que a abordagem dos estudos de gênero no ensino promovem diversos saberes no âmago dos infundáveis saberes interdisciplinares, pois nos conduzem a romper paradigmas, superar limitações normativas, promover e respeitar as diversidades e emancipar o todo, assim como a nós mesmos. Para tal, a interdisciplinaridade suscita um ato educativo pautado na ousadia desvelando uma realidade, que se propõe a mudar. Por isso, provocamos, impactamos, e podemos (ou não) mudar em prol do respeito às diversidades.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No necessário posicionamento das temáticas de gênero, é essencial não atuarmos com neutralidade. Esta é inatingível à lógica de sermos e existirmos. Até mesmo o silêncio projeta uma consequência ou favorece uma situação. É pertinente que questionemos sobre o que nosso campo disciplinar defende, e, quais conceitos e práticas que o compõem, e em nome de qual condição estamos defendendo saberes, e os incorporando em nossos ditos e feitos.

A respeito dos estudos de gênero, as temáticas interdisciplinares que o compõem promovem o respeito às diversidades e à plenitude da condição humana. Ademais, a realidade é diversa e igualmente composta por pessoas diversas em suas identidades e orientações de gênero.

Do mesmo modo que fomos acostumados a caminhar nos trilhos e seguir receitas dentro de nossos aprendizados e ensinamentos também assim foi conduzida a nossa formação em sexualidade. Seguir uma linha ou um padrão, sair do eixo seria perder-se, porém conhecer outros caminhos e trajetórias de vida.

Os estudos de gênero transcendem a visão biológica de um ser humano em prol de suas singularidades e pluralidades, que perpassam qualquer determinação anatômica e cultural que limitem seu potencial de ser ou estar. Somos a possibilidade da prática interdisciplinar. O movimento exposto dos ditos, escritos e praticados. Nós inventamos,

denominamos e separamos as disciplinas. Temos também a capacidade e responsabilidade ética de tecê-las em suas complexidades. As temáticas advindas dos estudos de gênero estão nos saberes das ciências humanas e exatas. Estão no mundo. Em todos os ciclos de vida que abrigam a condição humana.

Cabe-nos, pois, uma reflexão: Por que estamos tão desarticulados? Por que não queremos entender as pessoas na sua diversidade? Será que: quando nos omitimos, no ensino, a discutir sobre os estudos e gênero é por que queremos que o outro se mantenha também no quadrado de seu sexo biológico? - tanto quanto nos mantemos dentro de nossos saberes disciplinares? Parece justo e um requisito básico para interdisciplinaridade: a humanidade pensada na diversidade.

Se tanto acreditamos e defendemos a interdisciplinaridade, precisamos, então, olhar além do que vemos. Olhar os estudos de gênero em seu caráter ilimitado, incerto, impactante e interativo. Em prol de compreender um ao outro. Não apenas a partir de nós, mas também de nós junto ao outrem. Olhar para dentro de nossas indagações e possibilidades, junto aos que subvertem. Afinal, a ousadia de ser interdisciplinar na aplicação dos estudos de gênero em suas práticas de ensino, é uma estratégia, em potencial, assumida por quem se admite humano. Ademais, quando ousamos, estamos aprendendo, vivendo e ensinando “o ser mais” que não se engessa aos limites do normativo.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Ed. Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

AYER, Flávia; BOTTREL, Fred. **Brasil é país que mais mata travestis e transexuais**.

*Estado de Minas*. Belo Horizonte, 09 mar. 2017. Disponível em:<

<http://www.em.com.br/app/noticia/especiais/dandara/2017/03/09/noticia-especial-dandara,852965/brasil-e-pais-que-mais-mata-travestis-e-transexuais.shtml>> Acesso em: 02

jul. 2017.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. vol.1. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BRAGA, Flávio, LINS, Regina Navarro. **O livro de ouro do sexo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

BRASIL. Portal do Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais de 1 a 4 séries: orientação sexual**. Disponível em: < <http://cptstatic.s3.amazonaws.com/pdf/cpt/pcn/volume-10-6-temas-transversais-orientacao-sexual.pdf>>. Acesso em 02 jul. 2017.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminino e subversão da identidade**. 8º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CANCIAN, Natália. **Retirada de 'identidade de gênero' do currículo é criticada por entidades**. Folha de São Paulo. Brasília, 07 abr. 2017. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/04/1873735-retirada-de-identidade-de-genero-do-curriculo-e-criticada-por-entidades.shtml>> Acesso em: 02 jul. 2017.

CARRARA, Sérgio. **Educação, diferenças, diversidade e desigualdade**. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC. Brasília: SPM, 2009.

FAZENDA, Ivani (org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro, 2016. Editora Paz e Terra.

KARNAL, Leandro. **Todos contra todos: o ódio nosso de cada dia**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática e democratização do ensino**. In: *Didática*. São Paulo: Cortez, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LÜCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar**. Fundamentos teóricos – metodológicos. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina. 8a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 128 p.

\_\_\_\_\_. **Amor, poesia e sabedoria**. Tradução Edgar de Assis Carvalho. 7a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 77 p.

MURARO, R. **O Malleus como continuação do Gênesis**. In. : KRAMER, H. SPRENGER, J. *O martelo das feiticeiras*. 2 ed. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2015.

NOGUEIRA, Sayonara N. B; AQUINO, Tathiane A.; CABRAL, Euclides Afonso. **Dossiê: a geografia dos corpos das pessoas trans**. Brasil: Rede Trans Brasil, 2017.

OLIVEIRA, Frederico. **Homotransfobia e o Estado**. 2014. Disponível em: <http://aredacao.com.br/artigos/40547/homotransfobia-e-o-estado>. Acesso em: 11 out. 2017.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Tradução Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989. 35 p. Tradução de: Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history.